

**GEOGRAFIA E GÊNERO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES RURAIS NO  
ASSENTAMENTO JOANA D'ARC III – PORTO VELHO/RO**

**GEOGRAPHY AND GENDER: PUBLIC POLICIES FOR RURAL WOMEN IN JOAN OF  
ARC III SETTLEMENT - PORTO VELHO / RO**

**GEOGRAFÍA Y GÉNERO :POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LAS MUJERES RURALES  
EN EL ASENTAMIENTO DE JOANA D'ARC III - PORTO VELHO / RO**

**Kelyany Oliveira Castro de Góes**

Pós-graduanda em Geografia – PPGG/UNIR  
kelyany\_ro@hotmail.com

**Ana Paula Schaefer**

Pós-graduanda em Geografia – PPGG/UNIR  
aninha\_15pvh@hotmail.com

**Raimunda Patrícia Gemaque**

Pós-graduanda em Geografia – PPGG/UNIR  
patygemaque@hotmail.com

**RESUMO:** O presente artigo trata do acesso às políticas públicas para as trabalhadoras rurais do Assentamento Rural Joana D'Arc III, analisando os impactos que essas políticas causam na vida das mulheres. Esta pesquisa é de natureza exploratória, utiliza a aplicação de questionários para a coleta de dados juntos aos assentados e assentadas, com o intuito de entender como se deu a atuação das políticas públicas no assentamento, se essas proporcionaram condições básicas para a inclusão econômica das mulheres e se recebem informações e orientações sobre seus direitos. O objetivo, então, é avaliar o impacto das políticas públicas na vida dessas mulheres rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Espaço. Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** This current paper is about the access to public policies for rural workers in the Rural Joan of Arc III settlement, analyzing the impact these policies cause on the lives of women. This research is an exploratory search, it uses questionnaires to collect data from the settlers in order to understand how the performance of public policies in the settlement, and if these provided basic conditions for economic inclusion of women and if receive information and guidelines about their rights. Then, the goal is to evaluate the impact of public policies in the lives of these rural women.

**KEYWORDS:** Gender. Space. Public Policies.

**RESUMEN:** Este artículo trata sobre el acceso a las políticas públicas para las trabajadoras rurales en el asentamiento rural Joana de D'Arc III, analizando el impacto que estas políticas tienen en la vida de las mujeres. Esta investigación es de carácter exploratorio, utiliza cuestionarios para seleccionar datos con el agricultoras y agricultoras, con el fin de entender cómo fue la actuación de las políticas públicas en el asentamiento, si estas proporcionaron condiciones básicas para la inclusión económica de las mujeres y recibieran informaciones y orientaciones sobre sus derechos. El objetivo, entonces, es evaluar el impacto de las políticas públicas en la vida de las mujeres rurales.

**PALABRAS CLAVE:** Género. El espacio. Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, são quase 15 milhões de mulheres trabalhadoras rurais, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola, ribeirinha ou camponesa (BUTTO & HORA, 2008). As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006) e, as estimativas da Organização Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, apenas 1% das propriedades rurais no mundo pertence às mulheres.

A história mostra que a posse dos bens da família era exclusivamente do homem, mesmo que este fosse um parente distante. A implementação das políticas públicas em benefício das trabalhadoras rurais possibilita o empoderamento dessas mulheres.

A noção de empoderamento refere-se à mudanças ou pelo menos melhoria das condições sociais de existência de mulheres com poucos recursos sociais e políticos. As mulheres do Joana D'Arc III estão começando a despertar para essas possibilidades. Mas para que isso aconteça é necessária toda uma eficiência na gestão de políticas públicas que cheguem até essas mulheres. (NASCIMENTO SILVA & SILVA, 2012 p.34).

Nesse sentido, o poder a elas, em todas as áreas, e, de modo particular, no campo, ainda é reduzido, embora, historicamente, tenha havido lutas para a igualdade de gênero.

Através do Plano Nacional de Políticas para as Trabalhadoras Rurais, desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), algumas políticas vêm se materializando através de ações como a do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que possibilitam o acesso à documentação civil e trabalhista, com isso a trabalhadora rural pode acessar às políticas públicas.

Outra garantia para as trabalhadoras rurais é o direito à terra, que foi ampliado através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMP), que garante a titulação no nome da mulher independente do seu estado civil, Segundo Maria das Graças Nascimento Silva,

O sexo e o estado civil têm grande importância quando se trata da participação de homens e mulheres nas tomadas de decisões. A figura masculina ainda é tida

como chefe da família e é ele quem toma as principais decisões, isso porque é atribuída ao homem uma maior habilidade em lidar com os negócios, em muitos casos ainda é ele quem define o produto cultivado para a comercialização. As mulheres vêm se impondo muito lentamente, mas já é um começo, alguns homens já dão abertura para o diálogo no que diz respeito às suas opiniões e decisões. No caso da titulação conjunta onde ela encabeça a titularidade, essa mulher passa a ter um maior poder de decisão ainda que tenha que dividir esse papel com o marido que é o que acontece na maioria das vezes (Nascimento Silva, 2011 p.144).

O POPMR garante e estimula a integração das mulheres na gestão econômica dos assentamentos, tornando obrigatório na titulação do lote o nome da mulher. Segundo a Portaria do INCRA 981/2003, que estabeleceu que os lotes podem ser distribuídos a pessoas que constituem um casal, que ambos tenham a posse do lote, com isso a mulher garante a titularidade da terra independente da sua condição civil e que seja chefe de família (BUTTO, 2008). As famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na titulação da terra.

Outros serviços rurais foram ampliados, como a linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passou a reconhecer as mulheres rurais como agricultoras, a linha específica para elas é chamada de PRONAF-MULHER e a Política Nacional de Assistência Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que é uma política de apoio à produção.

O PNDTR realiza mutirões nas localidades rurais para atender a emissão de documentos civis e trabalhistas para as mulheres, os homens também são beneficiados, também é feito o repasse de informações sobre como acessar outras políticas públicas e o principal requisito é ter os documentos básicos. Em Rondônia o PNDTR atende às trabalhadoras rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas desde o ano de 2004 através de mutirões com as instituições parceiras. A criação desse programa atua como um grande avanço por se pensar em políticas públicas que trabalham com as questões de gênero, desmistificando a concepção que a sociedade construiu em relação a homens e mulheres, segundo Joseli Silva,

O conceito de gênero agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual, adotando a perspectiva da construção social dos papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres, e nega a construção universal das diferenças, implicando a compreensão dos papéis em determinada estrutura temporal e espacial. (SILVA, 2003, p. 26).

A diferença social do que é ser homem ou mulher é um papel determinado pela sociedade, que historicamente é reforçado pelos laços fortes que o patriarcado ainda exerce, ainda que mudanças e rupturas estejam ocorrendo na atualidade, o sexo masculino



continua privilegiado, principalmente quando se trata de questões referentes ao meio rural, em que o direito maior cabe ao homem, por ser considerado o “chefe da família”.

A presente pesquisa objetiva analisar o impacto das políticas públicas na vida das mulheres do Assentamento Rural Joana D’Arc III, por meio das políticas públicas como o: PNDTR, o acesso a Terra através do POPMR, PNATER e PRONAF/MULHER, todas essas políticas que tratam do recorte de gênero, conforme Rosa Ester Rossini,

É importante perceber que o enfoque de gênero deve se concentrar nos efeitos e impactos desiguais de políticas e estratégias de desenvolvimento, causados em homens e mulheres. Essa relação não é estabelecida pelo fato de que as mulheres pertençam ao sexo feminino (biologia), mas sim aos papéis socialmente criados (papéis de gênero) e que continuam lhes sendo impostos estejam onde estiverem. Uns e outros têm diferentes problemas, interesses, necessidades e prioridades que não devem ser confundidas nem homologadas pelas políticas públicas (ROSSINI, 2008, p. 4).

A inserção de gênero nessas políticas é para combater a desigualdade entre homens e mulheres. Atentamos em evidenciar de que forma as mulheres dessa localidade buscam estratégias para se inserirem nessas políticas, além de cuidarem das múltiplas tarefas que lhes são atribuídas nos espaços familiares.

### **O ESPAÇO RURAL DO ASSENTAMENTO**

A pesquisa traz como recorte espacial o assentamento rural Joana D’Arc III, município de Porto Velho, com distância de aproximadamente 100 Km da zona central do Município, com via de acesso através da BR 319 (sentido Humaitá-AM). O assentamento é dividido em três setores: Joana D’Arc I, II e III, este último é o local onde a pesquisa foi desenvolvida, os assentados que moram no local faziam partes de dois grupos de movimentos sociais, participavam do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MCC (Movimento dos Camponeses de Corumbiara). O assentamento Joana D’Arc III ainda possui seis Agrovilas: Pequena Vanessa, Chico Mendes, Padre Ezequiel, Vencedora, Sérgio Rodrigues e União dos Camponeses.

Como recorte temporal, temos os anos de 2012 a 2013, tempo em que foi articulado todos os momentos do estudo, este que foi edificado a partir de uma abordagem qualitativa, através da aplicação de questionários, objetivando identificar a realidade socioeconômica dos moradores do Assentamento. Assim de acordo, com Siena (2007) a pesquisa qualitativa é caracterizada pela quantificação na coleta e tratamento de dados, busca classificar e compreender os fatos ocorrentes de forma objetiva e precisa. Além disso, consideramos, também, no que se refere à pesquisa qualitativa, que esta “supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo

investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.11).

Adotou-se como ferramenta metodológica a técnica do estudo de caso, para entender como acontece as relações de gênero, utilizando-se de procedimentos como revisão bibliográfica, entrevistas com o uso dos questionários, diário de campo e registros fotográficos realizados através dos trabalhos de campos este que representa, de acordo com Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 57) “um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos”.

Foram nos trabalhos de campo que tivemos a possibilidade que ver na prática o cotidiano e as vivências dos sujeitos investigados. Eles se constituíram como o momento crucial em que a teoria e a prática caminham juntas, nos fazendo compreender e enxergar a realidade para além do empirismo.

Para compreender o universo das mulheres rurais do Assentamento, precisamos analisar as transformações que ocorrem nas relações de gênero nessa localidade. Tanto os trabalhadores quanto as trabalhadoras rurais enfrentam uma longa jornada de trabalho diário, trabalham na agricultura familiar e distribuem os lotes de acordo com as plantações. Assim, o espaço onde se realiza o trabalho é também o espaço onde se estabelece as relações familiares e sociais, logo, conforme Milton Santos,

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isso é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que acontecem diante dos nossos olhos (...). (SANTOS,1986, p. 122).

No espaço rural em questão, as relações são tecidas de acordo com a necessidade dos arranjos familiares no uso da terra, utiliza-se de estratégias pra melhor aproveitar os espaços disponíveis para o seu cultivo. A prática da agricultura deixou de ser território de caráter masculino, as mulheres ainda que exerçam outras funções, passaram a ser reconhecidas pelo seu trabalho nessa atividade, expondo, que sua face pluriativa não se expressa somente no âmbito familiar, mas também, nas atividades que geram renda e o sustento da família, garantindo direitos e acesso a políticas.

As mulheres rurais desse assentamento para além da agricultura familiar, também realizam outras atividades que visam renda, como o bordado, por exemplo, o que as

favorecem e as empoderam frente às decisões econômicas da família, com a verba oriunda dessa fonte de renda, elas têm maior poder e liberdade em seu uso.

Os desdobramentos dessas questões traduzem-se em realidade quando se refere à igualdade de gênero. Ainda que em passos lentos, nota-se que assuntos relacionados ao empoderamento das mulheres no Assentamento, ganha cada vez mais visibilidade, alavancadas pela força motriz das políticas públicas dirigidas a elas, assim:

Políticas públicas com recorte de gênero são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 80 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente. (FARAH, 2011, p. 04)

O acesso as políticas públicas voltadas para mulher do Assentamento acirrou a problemática da desigualdade de gênero que existe nesse espaço rural. De responsabilidade do Estado e da sociedade a implementação dessas políticas, diminuiu a desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino rural, garantindo direitos antes desconhecidos. Ao se analisar as desigualdades entre gêneros também se observa as desigualdades de poder, demarcadas pela dominação da mulher, é no sentido de sufocar e extinguir esse padrão que as políticas públicas de gênero foram pensadas.

## **OS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA: O UNIVERSO DAS TRABALHADORAS RURAIS DE JOANA D'ARC III**

Para a realização da pesquisa, aplicamos um total de 42 questionários, sendo 14 mulheres e 28 homens, utilizando como critério os assentados que são donos (as) dos lotes ou que possuem a titulação conjunta dos lotes. Durante o trabalho de campo, duas assentadas nos contaram como foi difícil para elas ter a posse da terra, pelo fato de serem mulher e mãe solteira.

*“Quando meu marido foi embora me vi sozinha com duas crianças pequenas, então participei do acampamento do INCRA e consegui meu lote, eu e meus filhos construimos nossa casa e depois de ir várias vezes lá na sede do INCRA tive a posse no meu nome”. (assentada 1 de Joana D’arc III).*

A conquista da titulação conjunta foi um grande benefício para as mulheres rurais, com isso, mesmo depois da separação elas têm direitos sobre o lote.



*“Já fui muito discriminada, não gosto nem de lembrar dessas coisas, depois que separei a vida ficou muito difícil.” (assentada 2 de Joana D’arc III).*

A falta de documentos pessoais traz muitas dificuldades para as mulheres. Para a trabalhadora rural a ausência da documentação será sempre uma barreira no seu dia a dia, pois não a reconhece como pessoa e a impede de acessar as políticas públicas, além de outros serviços, como também se associar na associação, na cooperativa ou no sindicato. Se a mulher tiver seus próprios documentos pessoais ela assume sua própria identidade.

Através das implementações das políticas públicas no assentamento, tem-se buscado alcançar a equidade de gênero, como o mutirão de documentos que o Ministério de Desenvolvimento da Agricultura – MDA realiza para as trabalhadoras rurais, e que também beneficia os homens, dessa forma podem requerer ao INCRA a titularidade do lote ou a titulação conjunta. Depois de conquistarem os documentos básicos e a titularidade do lote podem acessar o financiamento do PRONAF-MULHER.

A política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) possui uma atuação recente no assentamento, pois atendia apenas os homens, após as mulheres serem consideradas como agricultoras e trabalhadoras rurais é que tiveram acesso a esses serviços. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER-RO – é a responsável por acompanhar e dar a assistência para os agricultores e as agricultoras. Porém ainda possuem dificuldades em trabalhar com o recorte de gênero, pois durante as reuniões que participam na associação do assentamento, enfocam apenas a participação do homem como o trabalhador rural.

As mulheres sentem falta dessa assistência, para que possam se habilitar para outros incentivos como o PRONAF-MULHER, que é uma linha de crédito conhecida pelas mulheres assentadas, mas, pouco acessada por elas, não só no Assentamento Joana D’arc III, mas em todas as áreas rurais do Brasil, elas precisam se sentir seguras do investimento para começar a produção agrícola ou criação de animais. Duas opções de financiamentos foram propostos e realizados pelos técnicos da EMATER-RO, elas tinham que escolher entre financiar criação de galinhas ou plantação de mandioca.

Algumas mulheres do Assentamento Joana D’arc III, ganharam o benefício do PRONAF-MULHER, no ano de 2012 e em 2013 acessaram o financiamento, a maioria não acessou devido não possuírem a titulação do lote ou a titulação conjunta que é um requisito para acessar o programa. Segundo Góes (2014),

Através de uma entrevista na casa de uma família que reside a mais de 8 anos no local, disseram que recentemente as políticas públicas tem aparecido lá, o marido

disse ter conseguido o financiamento do PRONAF-A, para usar no lote para plantar banana no valor de R\$1.400,00. E que sua esposa ganhou o PRONAF-MULHER no valor de R\$3.500,00 para construir o galinheiro e comprar galinha, e que o lote tem que estar no nome dos dois, se não estiver, tem que ir ao INCRA, fazer o casamento estável (como eles dizem), é um tipo de declaração onde consta união estável, ou seja, que moram juntos (GOES, 2014, p.48 e 49).

O PRONAF implementou e acrescentou as trabalhadoras rurais, assim elas também podem financiar e garantir a produção no lote, conforme ilustra a figura 01 do galinheiro em um dos lotes entrevistados.



Figura 01: Criação de galinhas, oriunda dos benefícios do PRONAF - MULHER.  
Fonte: GOES, 2012.

Uma assentada nos relatou que foi muito bom receber o PRONAF-MULHER, “*pois agora eu pude até comprar um brinquedo pro meu filho*”. A fala da entrevistada evidencia a satisfação pessoa e também de mãe que elas sentem, no momento em que realizam a vontade de um filho através de suas próprias rendas.

Também foi possível investir em outros trabalhos, com atividades agrícolas e não-agrícolas, como ilustra 02 trabalhadora rural mostrando a variedade de molhos de pimenta que produz através do cultivo de pimenta que têm em sua horta.





Figura 02: Molho de pimenta fabricado por uma moradora.  
Fonte: GÓES, 2012.

Aquelas que recebem o benefício do PRONAF-MULHER, ajudam na renda da família e ainda utilizam o dinheiro para investir em outro trabalho que gere renda, por exemplo, na produção de pão, na confecção de crochê, na fabricação de produtos de limpeza caseiro e molho de pimenta, dentre outras atividades que só são possíveis de serem realizadas graças ao benefício adquirido. Conforme ilustra as figuras acima.

A partir dos dados obtidos através da aplicação dos questionários teve-se uma melhor dimensão dos aspectos socioeconômicos das famílias do Assentamento Joana D'Arc III. Foram selecionados vários indicadores, como bem demonstra o gráfico 01, que evidencia o quantitativo de homens e mulheres que possuem a titulação individual do lote e também a titulação conjunta.



Gráfico 01 – Titulação do lote.

Fonte: Dados de campo. Assentamento Joana D'arc III, 2013.

Podemos observar que a maioria da titulação dos lotes está nas mãos dos homens, embora a quantidade de mulheres seja minoria isso nos mostra que a partir da política de titulação conjunta as mulheres estão sendo visibilizadas como proprietárias do lote, por exemplo, se for casada, a titulação do lote pertencerá ao casal, constará o nome dos dois. Caso apenas morem juntos e não sejam casados no civil, precisam declarar união estável dessa forma também irão possuir a titulação conjunta, o lote ficará tanto no nome do homem quanto no nome da mulher.

Quanto à faixa etária no gráfico 02, grande percentual dos entrevistados está entre 45 a 59 anos. Isso demonstra que a população do Assentamento está em sua grande maioria na fase adulta e início da fase idosa. Em relação aos jovens, os dados evidenciam um menor número, essa problemática tem sua gênese na escola, uma vez que, o ensino disponibilizado pelo município não atende toda a vida escolar dos jovens e faz com que muitos necessitem ir para a cidade, caso pretendam concluir o Ensino Médio e ter acesso ao Ensino Superior.

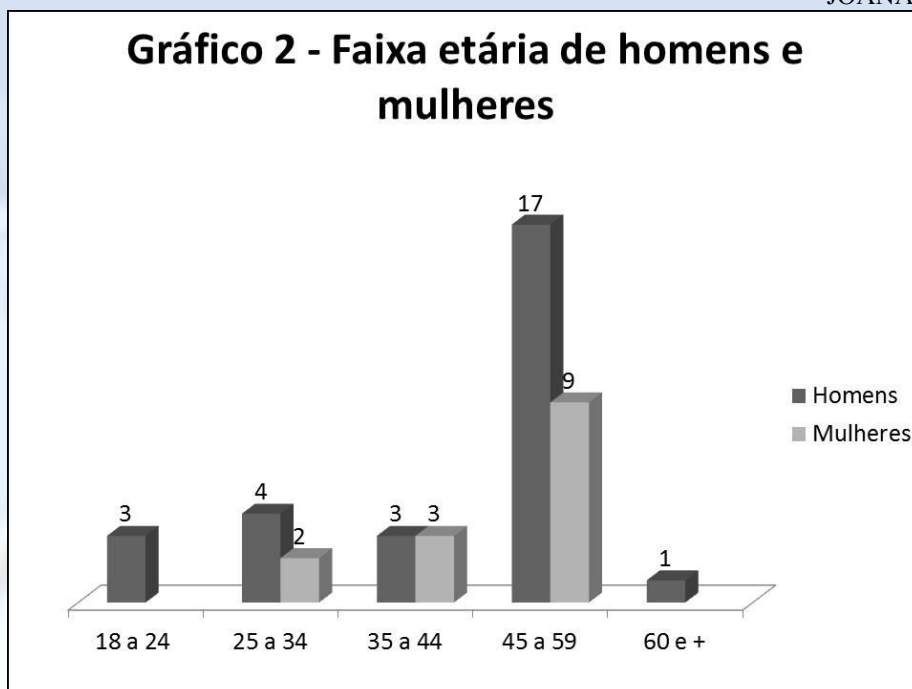


Gráfico 02 – Faixa etária de homens e mulheres.  
Fonte: Dados de campo, Assentamento Joana D'arc III, 2013.

Ainda segundo o gráfico 02, observa-se que por se tratar de uma população adulta, em sua maioria, estão inseridos no mundo do trabalho da agricultura familiar, ainda que todos das famílias se envolvam no processo, cabe aos adultos à responsabilidade maior. As mulheres assim ganham destaque pelo fato de exercerem outros meios para ganhos econômicos, trabalhando com atividades não agrícolas.

Os dados referentes ao Estado Civil dos moradores do Assentamento que compõe o gráfico 03 apontam que a maioria convive em relação conjugal, que abrange tanto os casados como os que vivem em relação estável.



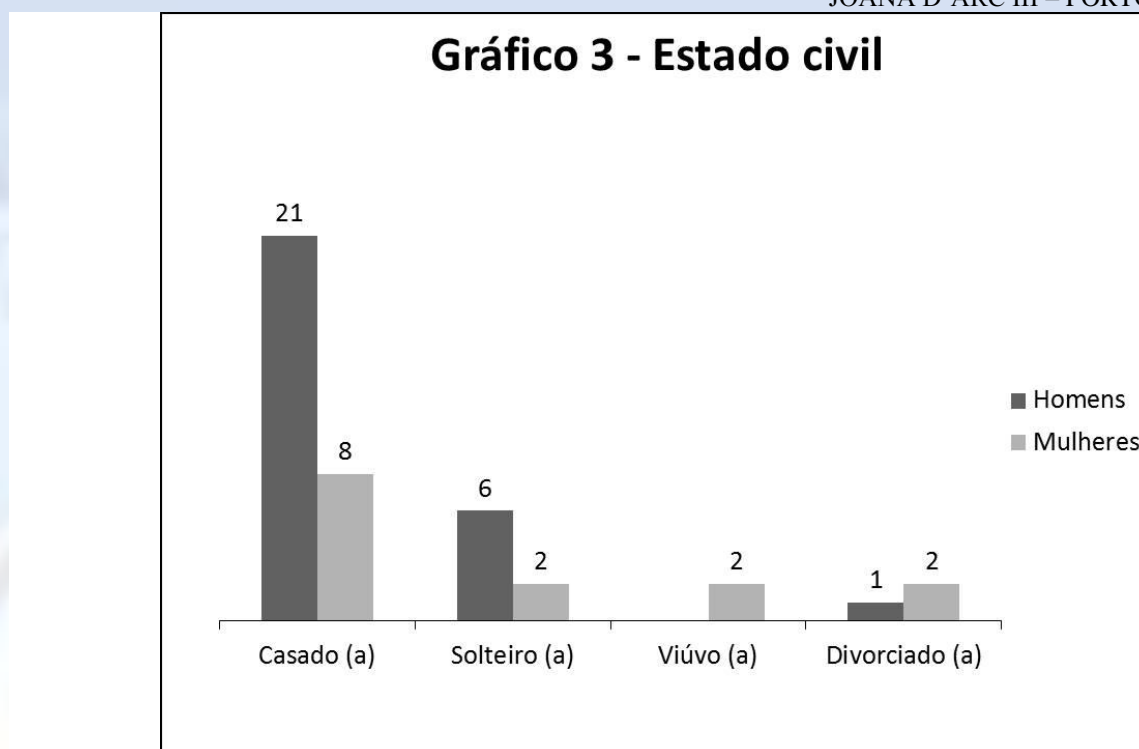


Gráfico 03 – Estado Civil.

Fonte: Dados de campo, Assentamento Joana D'arc III, 2013.

O fato do estado civil de casadas serem a maioria não quer dizer que todas possuem a titulação conjunta do lote, pois isso foi o principal motivo para não acessarem o PRONAF-MULHER. Porém, podemos afirmar que as mulheres que têm a titulação do lote estão mais empoderadas, pois podem acessar os financiamentos, investir em produção no lote garantindo a permanência da família no lote.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas estão avançando nas questões de gênero, e os gestores dessas políticas já não podem mais deixar a mulher fora dessas ações, foi com muita luta que elas conseguiram esses direitos, podemos observar que no Assentamento Joana D'Arc III as Políticas Públicas já estão surtindo efeito na vida das mulheres.

As mulheres trabalhadoras rurais das Agrovilas do Assentamento Rural Joana D'arc III, estão acessando as políticas públicas, através de informações elas conseguem ter acesso ao PNDTR (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural), ao PRONAF-MULHER (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ao PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) e ao POPMR (Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais), que são programas que possuem ações específicas para as mulheres rurais e trabalham com enfoque de gênero, que estão presentes no assentamento.

O PRONAF-MULHER é uma das políticas públicas voltadas para as mulheres rurais que tem como objetivo o empoderamento da mulher, visto que, com essa renda do Pronaf elas adquirem a propria renda.

A titulação conjunta obtida através do POPMR é outra Política Pública que veio para beneficiar a mulher do campo, já que a maioria das linhas de financiamento é voltada para aquelas famílias que possuem título da terra, muita das vezes as mulheres não conseguiam ter acesso a essas linhas de crédito, pois o nome delas não constava no documento da terra.

Com a aplicação dos questionários identificamos alguns problemas que a comunidade enfrenta, são problemas de infraestrutura, organização interna e principalmente de saúde e educação.

Foi identificado que as mulheres exercem trabalho na roça e em casa, muitas vezes os trabalhos realizados na roça não são reconhecidos pelos seus companheiros, apenas caracterizado como uma “ajuda”.

Com o acesso as informações elas buscam crescer economicamente e garantir uma renda maior para sua família, buscando a equidade de gênero, através da realização de uma atividade extra, essas mulheres passam a ter um empoderamento, um poder de decisão do que comercializar e de que forma investir os recursos. As mulheres não buscam a superioridade entre os homens, querem apenas ter os mesmos direitos garantidos por lei e seu trabalho reconhecido.

No assentamento Joana D'arc III, as políticas públicas estão chegando embora tenha demorado tanto tempo, há uma grande dificuldade dos técnicos em trabalhar com recorte de gênero, aos poucos essas políticas estão garantindo os direitos e a permanência para as mulheres na zona rural, através de financiamento para as atividades agrícolas e não-agrícolas, à documentação básica, ao título da terra e aos programas de apoio ao desenvolvimento da produção rural.

## REFERÊNCIAS

Alentejano, Paulo Roberto. Raposo; Rocha-Leão, Otávio Miguez. **Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** *In*: Boletim Paulista de Geografia / Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº84 – São Paulo, 2006.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emanuela Ribeiro. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil.** *In*: LOPES, Adriana L. & BUTTO Andrea. Mulheres na Reforma Agrária A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA 2008.

FARAH, Marta Ferreira. Santos. **Políticas Públicas e Gênero**. Acessado em: 13 de abril de 2015. Disponível em [http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos\\_e\\_coordenadorias/coordenadori\\_a\\_da\\_mulher/Políticas\\_Genero\\_2.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos_e_coordenadorias/coordenadori_a_da_mulher/Políticas_Genero_2.pdf).

GÓES, Kelyany Oliveira Castro de. **Equidade de gênero no campo: o modo de vida de mulheres e homens das agrovilas do assentamento rural Joana D'arc III, Porto Velho - RO**. Porto Velho, Rondônia, 2014. 62f. : il. TCC (Graduação em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986

MEDEIROS, Leonilde. Servoto de. **Assentamento rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa**. In LOPES, Adriana L, ZARZAR, Andrea Butto (org.) *Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Técnicas de Investigação e Estudos Agrários**. Entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) *Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação*. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia Nascimento. **“Um lugar para chamar de meu” As agrovilas do assentamento rural Joana D'arc III e seus migrantes**. Porto Velho, Rondônia, 2013. 172 f. Dissertação (Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: Espaço de Poder**. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Cesar Pinheiro da. (org.) *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa. Toda palavra, 2011. ISSN: 978-85-62450-23-5.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. SILVA, Josué da Costa. **“Os Impactos das Políticas Públicas na vida das mulheres rurais do Assentamento Joana D'Arc III”** In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos – XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. Anais de artigo. Revista: Terra Livre, 2012. ISSN: 978-85-98539-03-04.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo**. Informações Econômicas. São Paulo, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, S. A. *Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira*. In: Seminário Internacional: **Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder**. 2008. Disponível: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Rossini-Calio\\_49.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Rossini-Calio_49.pdf).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. In: revista de História Regional, 2003.

SILVA, Viviane Nery da; OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, e SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Assentamento rural Joana D'arc III: um olhar na perspectiva de gênero**. Artigo publicado nos Anais do Evento/SINGA, 2011 – ISSN: 9788561586317.



VENÂNCIO, Marcelo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. **O diário de campo e a Construção da Pesquisa**: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salaz. (org.) Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

